



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Mata - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO**AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL****Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0039098/2020-20**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Mata**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
LAS/RAS	2100.01.0039098/2020-20	NAR Juiz de Fora
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: Ronaldo da Silva Amaral - ME		CPF/CNPJ: 08.242.474/0001-51
Endereço: Rua Henrique Tonetti, nº 143		Bairro: Centro
Município: Mar de Espanha	UF: MG	CEP: 36.640-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome:		CPF/CNPJ:
Propriedade 1: Olegário Rodrigues Martins e Ângela Maria de Souza		041.769.796-15 e 119.866.386-34
Propriedade 2: Maria Lydia Martins Moreira		411.292.886-68

Endereço: Rua Caviúna, nº 398-B HORTO IPATINGA - MG Rua Dr. Ivan de Souza Manso, nº 61		Bairro: Horto Centro	
Município: Ipatinga Mar de Espanha	UF: MG MG	CEP: 36.160-295 36.640-000	
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			
Denominação: Propriedade 1: Sítio Fazenda Palestina Propriedade 2: Fazenda Palestina II		Área Total (ha): 3,8389 72,141	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 8.925 / 4.396		Município/UF: Mar de Espanha/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3139805-852C.D7B8.8699.4B3F.9193.D6FE.3A93.5780 MG-3139805-089D.44C0.A28F.43E8.8A73.5F30.F69A.57C9			
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA			
Tipo de Intervenção		Quantidade	Un
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Área de Preservação Permanente – APP		0,025	ha
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)	
Mineração	Extração de areia para uso imediato na construção civil	0,025	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber
Mata Atlântica			
Total:		Total:	
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
--------------------	---------------	------------	---------

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Andréia Colli - MASP: 1.150.175-6

Data da Vistoria: 21/10/2020

9. VALIDADE

Data de Emissão: 27/04/2021

Validade: 3 (três) anos

OU

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Área de Preservação Permanente – APP	Sirgas 2000	23K	703716	7581671

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais negativos possíveis de ocorrerem no local da intervenção devido à implantação e a operação da atividade minerária (extração de areia) na faixa de APP do curso d'água pela sua importante função reguladora no ambiente abrangem a área direta do empreendimento e seu entorno, e referem-se às modificações edáficas do terreno devido à remoção do solo fértil e compactação oriunda da circulação de veículos e maquinários; à ocorrência de erosão devido ao retorno da água da polpa ao rio em caso de uma manutenção falha das contenções na banca de depósito ou devido ao arraste e movimentação de tubulações na área afetada, assim como, a movimentação excessiva das tubulações pode causar a retirada da vegetação de recobrimento do solo, tornando-o exposto e suscetível ao escoamento pluvial; à alteração da qualidade das águas devido ao aumento da turbidez ocasionada pela concentração de partículas em suspensão durante a extração de areia, bem como risco de contaminação com resíduos oleosos provenientes dos maquinários e equipamentos; e aos danos à fauna aquática pela geração de turbulência e turbidez durante, e à fauna silvestre em decorrência da poluição sonora e atmosférica provocada pela operação e funcionamento da draga e da movimentação e funcionamento dos veículos e maquinários.

Como medidas de caráter mitigadoras aos possíveis impactos ambientais gerados durante a instalação e a operação do empreendimento, o empreendedor deverá realizar:

- Construção dos diques de contenção e caixas de sedimentação/decantação para reduzir e evitar o escoamento desordenado do líquido da polpa, evitando erosões no terreno. Assim como sua correta manutenção periódica.
- Condução da tubulação de retorno/descarga da água da caixa de decantação/sedimentação para dentro da calha do rio.
- Se for observada a necessidade, a instalação de drenos para escoamento pluvial correto, evitando erosão nas áreas de intervenção e margens do rio.
- A dragagem do rio deverá ser feita mais ao centro possível da calha do rio, evitando-se a proximidade das margens do rio, evitando assim riscos de desmoronamentos e erosão.
- A instalação de qualquer outra infraestrutura deverá se localizar fora da APP da propriedade.
- A manutenção de máquinas como bombas e caminhões, deve ser feita fora da APP e em ambiente impermeabilizado e adequado para evitar poluição com óleos e graxas do rio ou solo.
- A retirada da draga para manutenção deve ser feita por um sistema de içamento para evitar o arraste pelo solo das margens e APP do Rio Preto.
- As áreas de intervenção devem ser demarcadas, evitando-se a intervenção fora dessas áreas, mesmo para a movimentação de máquinas e caminhões.
- A implantação de sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos, acondicionando em recipientes fechados e identificados e comprovar destinação ambientalmente correta.
- A destinação correta ambientalmente dos efluentes sanitários gerados durante a instalação e operação do empreendimento.
- Promover a instalação de placas de identificação, indicação, sinalização e advertência em pontos estratégicos dentro e fora do empreendimento.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Foi proposto um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF a ser executado em uma área total de aproximadamente 0,05ha, na proporção de 2:1 da área requerida (0,025ha), onde, cada compensação será realizada na própria propriedade onde ocorrerá a intervenção, localizadas na faixa de APP utilizando-se técnica de plantio de 56 mudas com espaçamento de 3x3m entre elas, com espécies nativas pioneiras e secundárias do Bioma Mata Atlântica, e os devidos tratos culturais e silviculturais necessários à sua implantação e manutenção:

- A área de compensação proposta para implantação do PTRF na propriedade Sítio Fazenda Palestina (matrícula 8925) é de 0,024095ha e se localiza nas coordenadas geográficas (WGS-84) UTM 703.356mE e 7.581.565mS, em um único fragmento próximo a área de intervenção, na faixa de APP do curso d'água degradada, representando ganho ambiental.
- A área de compensação proposta para implantação do PTRF na propriedade Fazenda Palestina II (matrícula 4396), é de 0,026067ha e se localiza nas coordenadas geográficas (WGS-84) UTM 703.306mE e 7.581.152mS, em um único fragmento próximo a área de intervenção na faixa de APP do curso d'água degradada, em área contígua a um remanescente com formação florestal nativo existente no imóvel, representando ganho ambiental.

Foram apresentadas Autorizações emitidas em 12/11/2020 pelos proprietários identificados acima para execução do PTRF proposto com compensação ambiental pela empresa nas propriedades Sítio Fazenda Palestina e Fazenda Palestina II.

CONDICIONANTES**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado como medida de caráter compensatório pela intervenção ambiental em APP na íntegra, por meio de recuperação de APP pelo processo de recomposição do ecossistema, delimitada conforme planta topográfica e memorial descritivo anexado nos autos do processo, na área de 0,05ha, sendo 0,024095ha nas coordenadas geográficas (WGS-84) UTM 703.356mE e 7.581.565mS e 0,026067ha nas coordenadas geográficas (WGS-84) UTM 703.306mE e 7.581.152mS, respeitando as técnicas de cultivos e tratos culturais e silviculturais necessários à sua implantação e manutenção, com plantio de 56 mudas com espaçamento de 3x3m entre elas, com espécies nativas pioneiras e secundárias do Bioma Mata Atlântica. O PTRF deverá ser iniciado imediatamente após o recebimento do DAIA, devendo ser realizada a devida adequação do “cronograma de execução das atividades” apresentado, cabendo, ainda, a manutenção e proteção constante e perpétua da cobertura florestal a ser formada. A comprovação do cumprimento deverá ser por meio de envio de relatórios técnicos descritivos e fotográficos ao NAR de Juiz de Fora, acompanhados das respectivas ART dos responsáveis técnicos devidamente habilitados.	Anualmente, a se iniciar da data de recebimento do DAIA, durante 3 (três) anos, totalizando 3 (três) relatórios.
2	Promover o cercamento em ambas as áreas destinadas à compensação ambiental (PTRF), conforme demarcadas em planta topográfica e memoriais descritivos anexados no auto do processo, para evitar o acesso de pessoas e animais e promover o desenvolvimento das mudas e, conseqüentemente, a regeneração natural do fragmento; e promover a(s) instalação(ões) de placa(s) contendo as informações mínimas que garantam a identificação de que se trata de área de compensação ambiental firmada entre o empreendedor e o IEF com fins de recuperação de Área de Preservação Permanente vinculado ao respectivo DAIA. A comprovação do cumprimento deverá ser por meio de envio de um único relatório fotográfico ao NAR de Juiz de Fora.	Até um ano contado a partir da data de recebimento do DAIA.
3	Executar as medidas mitigadoras descritas no parecer técnico.	Durante a instalação e ao longo de todo período de operação do empreendimento.

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Laio Verbeno Sathler, Servidor (a) Público (a)**, em 27/04/2021, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28582770** e o código CRC **D2A8E6FC**.